

TESE UNIDADE CLASSISTA – III CONASSUFRGS/2015

APRESENTAÇÃO

Esta contribuição ao debate é fruto de uma reflexão referenciada em coletivo de militantes antigos e novos, ativos e aposentados que atuam para o fortalecimento de nossa entidade – ASSUFRGS – e para nossa luta. Nossas ideias somam-se ao conjunto dos movimentos sociais representativos e combativos, a começar pela CTB e CUT, passando pelo MST, MTST, UNE e tantos outros. Queremos um sindicato que lute cada vez mais pelos direitos da categoria, pela manutenção e expansão dos serviços públicos e das Instituições Federais públicas e gratuitas de Ensino (Universidades e IFs), por um país soberano democrático e inclusivo. Queremos uma entidade que tenha estrutura e direção moderna, democrática e coesa, eleita e regulada democraticamente pelo conjunto dos filiados. Que dê vazão aos anseios imediatos e futuros da categoria. Que seja, ao mesmo tempo, plural, unitária, combativa e eficiente.

CONTRIBUIÇÃO PARA ANÁLISE DA REALIDADE MUNDIAL

Esse breve texto é fruto de ato anti-imperialista protagonizado por mulheres trabalhadoras de várias partes do mundo.

Vivemos um tempo desafiador para o movimento sindical e as forças democráticas, revolucionárias e anti-imperialistas em todo o mundo. O acirramento da luta de classes e dos conflitos internacionais é a marca principal da conjuntura internacional, que tem por pano de fundo a crise sistêmica do capitalismo, que é simultaneamente econômica e geopolítica.

A burguesia manobra para impor à classe trabalhadora o ônus da crise e promove uma feroz ofensiva neoliberal. Presenciamos o drama da estagnação econômica e do desemprego em massa, que castiga mais de 200 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, segundo dados da OIT.

Direitos sociais e trabalhistas são suprimidos ou flexibilizados. A soberania das nações é colocada em xeque e atropelada em várias regiões.

Na Europa, sob o manto da austeridade fiscal e o comando imperialista da Alemanha, os governos e a troika estão destruindo o chamado Estado de Bem Estar Social. A conversão ao euro, assimétrica e desigual, resultou para muitas nações na perda de suas soberanias na determinação da política econômica, ditada e imposta pela cúpula da União Europeia, BCE e FMI.

Na Ucrânia os Estados Unidos e a OTAN armam e respaldam política e ideologicamente um governo de extrema direita com o propósito de afrontar a Rússia. No Oriente Médio o imperialismo semeia a guerra para preservar e fortalecer seu domínio. Na Ásia estimula hostilidades contra a China, enquanto na América Latina está associado à onda conservadora e neofascista que ameaça a Venezuela, Argentina, Equador e Brasil, conforme denunciou recentemente o presidente da Bolívia, Evo Morales.

A ordem mundial remanescente do pós guerra, hegemônica pelos EUA, está esgotada e a necessidade de um novo arranjo geopolítico é evidente. Os acordos e decisões adotadas nas últimas cúpulas do Brics, bem como a criação do Banco Asiático de Infraestrutura, são respostas objetivas a esta necessidade.

Este movimento converge com as iniciativas integracionistas de governos da América Latina e do Caribe que resultaram na rejeição da Alca e fundação da Unasul, da Alba e da Celac. Desta última, destaca-se a decisão de transformar a América Latina e o Caribe numa zona de paz, onde os eventuais conflitos devem ser solucionados por meio do diálogo, rejeitando-se intervenções estrangeiras.

Os Estados Unidos reagem a esses novos ventos da história e manobram em todas as esferas e por todos os meios para interditar e reverter a integração político-econômica latino-americana e caribenha, bem como a ascensão da China e do Brics. Com sua política expansionista e cerca de 800 bases militares pelo mundo, patrocina tragédias e atrocidades contra

os povos, sobretudo no Oriente Médio, onde quer derrubar a qualquer custo o governo da Síria. Articula movimentos desestabilizadores e reacionários contra projetos progressistas e respalda a política criminoso de Israel contra o povo palestino.

Esta reação imperial desdobrou-se na tragédia dos imigrantes no Mediterrâneo, ressuscitou o espectro do nazi-fascismo e instala no mundo uma situação tensa, incerta e perigosa.

Nessa complexa conjuntura, o movimento sindical e social reunido em São Paulo para celebrar os 70 anos da Federação Sindical Mundial convoca a classe trabalhadora à luta contra o imperialismo, as iniciativas golpistas e o neofascismo, em defesa da democracia, do direito das nações à autodeterminação, da paz mundial e de novos projetos nacionais de desenvolvimento fundados na valorização do trabalho.

Defendemos uma nova ordem geopolítica, efetivamente democrática e multilateral.

Reiteramos a defesa do socialismo, ideal maior do proletariado que mais do que em qualquer outra época é hoje uma necessidade histórica e única alternativa progressista à crise do capitalismo, que mais uma vez está a conduzir a humanidade à guerra e à barbárie.

São Paulo, SP, 03 de outubro de 2015.

BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL, OS EQUÍVOCOS DE DILMA E A OFENSIVA GOLPISTA DOS CONSERVADORES.

É evidente que o país vive uma crise política e econômica que se retroalimentam. Tal cenário tem, grosso modo, duas raízes: O recrudescimento da crise do capitalismo mundial iniciada em 2007/2008 na Europa e EUA e que hoje atinge em cheio os países “periféricos/emergentes” como o Brasil; e a ofensiva conservadora, golpista e reacionária das elites nacionais aliadas ao imperialismo.

Parece-nos que, para fazer frente a crise, o modelo do “Lulismo” continuado por Dilma, de grandes méritos por suas políticas desenvolvimentistas, sociais e internacional soberana, discutível pelo não enfrentamento de fundo, em particular ao capital financeiro, demonstra certo esgotamento. Necessário era aprofundar o viés mudancista com reformas estruturais progressistas. A reforma política com o fim do financiamento empresarial de campanha e democratização do judiciário; reforma tributária com impostos progressivos e taxação das grandes fortunas; a reforma agrária enfrentando o latifúndio e o agronegócio; reforma da mídia quebrando seu monopólio secular; reforma urbana garantindo moradia, transporte, habitação, saúde, educação e segurança de qualidade e de modo integrado, entre outras ações. Deveria em primeiro lugar, mudar radicalmente a política econômica dos juros estratosféricos, câmbio flutuante e superávit primário que só favorecem aos banqueiros. Infelizmente, esses desafios não foram enfrentados, existindo ações pontuais, como por exemplo, o programa Minha casa, minha vida, expansão do ensino público federal, entre outras de cunho meritório, mas limitado, que inclusive estão a ser revertidas ou até abandonadas. E o que é pior, a política econômica de cunho neoliberal, através do ajuste fiscal, foi retomada com força pelo segundo mandato de Dilma visando saciar as elites e os banqueiros, dos quais Levi é o legítimo representante, indo de encontro à base social que reelegera o “projeto”. Já a segunda matriz da crise, com forte influência na primeira por dentro e por fora do governo, é a ação política de setores poderosos do conservadorismo reacionário e golpista que insuflam e apostam na instabilidade. A mídia monopolista, boa parte do judiciário na AGU, TSE e STF, Partidos, Parlamentares e movimentos de direita, e como não se via desde 1964, com certo apoio mobilizável de extratos da chamada classe média, urdem abertamente o golpe visando derrubar o governo eleito. Tudo isso sob o falso discurso de combate a corrupção. Esse filme já vimos, contra Vargas em 1954 e Jango em 1964, figuras muito menos à esquerda que Dilma. Na verdade, querem o retrocesso em toda linha, buscam, no fundo, o chamado estado mínimo, a reversão de direitos sociais, trabalhistas e até civilizacionais e democráticos conquistados com muita luta do povo brasileiro. Eduardo Cunha de tudo faz para impor a terceirização “infinita”, o “Estatuto da

Família”, machista e homofóbico, a redução da maioria penal, um descalabro sobre população jovem, principalmente negra. Há poucas semanas, sob sua batuta, comissão especial da câmara aprovou, e ele promete votar em breve, a prevalência do negociado sobre o legislado em conflitos trabalhistas rasgando de vez a CLT. José Serra propõe a retomada das privatizações, a começar pela Petrobrás, em projeto apoiado pelas multinacionais privadas do petróleo. Querem derrubar o veto de Dilma ao financiamento empresarial de campanha, cuja maioria do STF já se posicionou contrário. Para nós não há o que vacilar, mesmo com todos os equívocos e propostas regressivas do governo Dilma, não podemos aceitar o golpismo, sob pena de sermos coniventes com um retrocesso sem precedentes em nosso país. Defendemos que nosso movimento e a ASSUFRGS, deve se somar as iniciativas que propugnam frentes amplas e progressistas, nucleadas pela esquerda e pelos Movimentos Sociais, para resistir a ofensiva reacionária e descortinar novos caminhos rumo às conquistas futuras.

BREVE HISTÓRICO, BALANÇO E PERSPECTIVAS

A ASSUFRGS, como conhecemos, nem sempre teve a forma e o caráter que tem hoje. Nasceu como entidade de luta nos anos 50 quando da federalização da então Universidade Estadual – URGs. Naquele momento, ao contrário dos docentes, os técnicos administrativos (então denominados funcionários) não tinham sido incorporados à esfera federal. Fruto dessa iniciativa, em pouco tempo se conquistou o enquadramento como funcionários da união. Nos anos subsequentes, passando pelo período da ditadura militar, tomou um caráter meramente associativo e assistencial, onde também incorporaram-se os docentes que, aliás, passaram a dirigir a entidade, e que em determinado momento passou a chamar-se ABSSUFRGS(B de beneficiante).

No ascenso das lutas dos trabalhadores no final da década de 70, no bojo da crise político-econômica do regime ditatorial, vastos setores da categoria liderados por militantes de esquerda assumem os rumos da

entidade. Antes disso a última gestão é destituída por má versação de recursos. A entidade passa a ressaltar novamente seu caráter sindical de luta, daí a mudança do nome para ASSUFRGS, embora a legislação ainda proibisse a sindicalização de servidores públicos. É desse período, em especial nos anos 80, as primeiras greves nacionais lideradas pela FASUBRA e as lutas locais, principalmente por democracia nas universidades exigindo eleições diretas e paritárias para os dirigentes, desde diretores até reitor.

A ASSUFRGS se democratiza, as eleições para direção são diretas. O Conselho de representantes (hoje Conselho De delegados) também eleito se torna atuante. De maneira ampla e participativa, em 1993 se destitui uma coordenação em assembleia geral massiva por má versação de recursos da entidade e da categoria (fgts). É uma década de várias conquistas, primeiras eleições para reitor (embora não paritárias), isonomia salarial com as Fundações, PUCRCS, direito a sindicalização e greve, culminando com o RJU. Nesse período, através de plebiscito, a ASSUFRGS se filia a CUT e se incorpora na formação do sindicato estadual como seção sindical. O SINTEST, também composto pelos colegas de Santa Maria, Pelotas, Rio Grande e da Fundação de Ciências Médicas de Porto Alegre (atual UFCSPA) é desativado em 1994, mantendo-se porém, o registro cartorial onde formalmente ainda estão ligados ASSUFMS e ASSUFRGS. Quanto a CUT, depois de novo plebiscito nos anos 2000, decide-se pela desfiliação, passando a ASSUFRGS a atuar em todas as lutas unitárias com as centrais combativas.

Com a ofensiva neoliberal dos anos 90 as lutas tomam um caráter majoritariamente de resistência à perda de direitos. A partir dos governos Collor/FHC, com um pequeno interregno de Itamar Franco, projeto é o de desmonte do estado, retirada de direitos e restrição à democracia. As universidades sofrem com a falta de recursos, as escolas técnicas são abandonadas, os servidores perdem inúmeros direitos, é feita a primeira reforma da previdência, restringido conquistas, os salários são congelados por nove anos, não existem concursos e sim plano de “demissão voluntária”. As eleições de dirigentes são tuteladas pela nefasta lei do 70x15x15 vigente na UFRGS até hoje. A ASSUFRGS protagoniza várias

greves, em sua maioria derrotadas pela intransigência do governo de então, que se quer recebe o movimento e ameaça sempre com corte de ponto. Não existe negociação. Mesmo nesse quadro, com muito esforço o sindicato fortalece sua representatividade, 80 à 90% da categoria é filiada, os colegas da Fundação Faculdade Federal de Medicina de Porto Alegre - FFFCMPA (Hoje UFSCPA) se incorporam, nosso patrimônio se amplia em Garopaba. Adquire-se a sede própria e a sede campestre. Embora a diminuição de recursos, devido ao arrocho salarial, o controle financeiro garante a saúde da entidade. Foi um período rico em formação, elaboração, debates e controvérsias internas, onde no mínimo 3 e até 5 chapas se apresentavam a cada 2 anos para disputar as eleições para coordenação proporcional. É também, um tempo de muita ética sindical, busca de consensos, respeito e engajamento nas ações decididas democraticamente. Essa fase se encerra com a grande vitória da greve de 2001, que derrota a proposta do governo de gratificação variável, incorpora a GAE que representava então 160% da remuneração bruta, e mantém a paridade com os aposentados ameaçada por FHC.

O novo milênio abre um novo tempo de esperanças e conquistas com a vitória de Lula em 2002, que representa um projeto diferenciado do neoliberalismo. Vários avanços realmente acontecem, não sem muita luta é verdade. É um tempo também de frustrações e dissensos.

Já no primeiro ano vem a nova reforma da previdência que penaliza os servidores públicos e expõe a política equivocada da maioria da direção da CUT que apoia o projeto. Mas é também nesse período que são dados os primeiros passos para conquista da nova carreira para os TAEs, que trará ganhos significativos para grande maioria da categoria, embora com lacunas e distorções que prejudicam vários setores. O governo frustra a expectativa de revogação da lei do 70x15x15 que democratizaria as IFEs. Ao mesmo tempo, inicia-se forte investimento de expansão e criação de universidades públicas, os concursos são retomados, assim como o ensino técnico e tecnológico com a criação dos Institutos Federais de ensino, como o caso do IFRS. Contraditoriamente as universidades e faculdades privadas se ampliam com forte subsídio governamental e a terceirização aumenta exponencialmente.

Surgem então no movimento, em nossa leitura, dois campos mais ou menos nítidos. O primeiro, com o qual nos alinhamos, apoia no fundamental o novo projeto no que tem de avançado, não só para a categoria, mas para o conjunto dos trabalhadores e excluídos, mesmo sabendo da natureza híbrida do governo que abarca setores conservadores. Ao mesmo tempo combate, em particular, a política econômica de viés neoliberal, dos altos juros e superávit primário para pagar banqueiros, que continuam a ser o setor que mais se favorece.

O segundo, que se coloca na oposição ao novo projeto em seu todo, no que tem apoio de setores minoritários da categoria que sempre combateram tudo que representasse viés de esquerda. Consideram que as forças de esquerda no poder mudaram de lado, e todos que de alguma forma apoiam o governo são “traidores”. Bebendo do justo descontentamento, e certa desilusão da categoria, esses setores chegam a “forçar” greves sem mínima perspectiva, com objetivo claro de apenas desgastar o governo como em 2007, 2011 e 2014. Ocorre que, com a derrota das mesmas o que se desgasta é o movimento e a ASSUFRGS.

Constatamos que nesse período a busca pelo consenso passa a ser relegada. Ao conquistar a maioria, o segundo campo impõem sua visão e práticas. Pouco a pouco a política e administração do sindicato toma caráter partidista e a proporcionalidade vira letra morta. É o tempo da imposição e “patrola”. Por possuírem hegemonia durante alguns mandatos, fazem e desfazem das finanças da ASSUFRGS, ao ponto de não ter suas contas aprovadas em assembleia devido a várias e graves irregularidades que estão sendo auditadas por contadoria externa. Sua principal coordenadora financeira durante anos, não tendo mais como esconder os desvios financeiros, até onde se sabe, para fins pessoais, é enfim afastada este ano. Os contratos de ampliação da Colônia de Garopaba estão sub-júdice, e como é sabido, parte do recurso para tal fim foi retirado sem autorização, do fundo de greve, em total desrespeito ao estatuto da ASSUFRGS.

Nesta última gestão (2013/2015), nós que compusemos a chapa União e Olho Vivo, nos propusemos a resgatar política e administrativamente a entidade. Apenas iniciamos essa tarefa, e temos a

convicção de ela deve prosseguir. Abrimos as contas do sindicato, e aos poucos desmontamos os esquemas político-administrativos cultivados a várias gestões por coordenadores do grupo majoritário em conluio com alguns funcionários por eles mesmos contratados e ou cooptados. Ao mesmo tempo procuramos colocar a política sindical plural e unificadora no centro da ação. Se mais não fizemos foi por termos de dispender grande esforço e tempo no saneamento da ASSUFRGS. Participamos e protagonizamos várias lutas, estivemos na greve de 2014, mesmo discordando da sua oportunidade, por respeito que temos as instâncias do sindicato. Como tantos outros estivemos a frente da greve deste ano, pois aí sim não havia outro caminho possível diante do ajuste fiscal imposto pelo governo federal. Diante da conjuntura desfavorável, pensamos que a greve teve vitória parcial ao impedir a imposição de quatro anos de reajuste abaixo da inflação.

Saudamos e pensamos ser um grande avanço a filiação dos colegas do IFRS (Porto Alegre, Restinga e Canoas), bem como a efetiva incorporação dos colegas do litoral norte ao sindicato e a luta.

Sabemos que novas lutas se avizinham, e nelas estaremos, porém temos a convicção de que para que elas tenham força e eficácia, a unidade, não em palavras, mas baseada na ética e na democracia se fará cada vez mais necessária.

GREVES, UM CAPÍTULO A PARTE.

Desde o final dos anos 70, passando pelos 80, 90 e nesse novo século os servidores públicos tem feito greves. Comparando aos demais trabalhadores brasileiros e mundiais, é um período curto, poucas décadas de experiência. Nas universidades este método de luta é mais recente ainda. No seu início, além dos técnicos administrativos, contava com forte protagonismo docente em escala nacional, o que não é mais a realidade. Na UFCSPA e UFRGS, há vários anos, os professores não se engajam nesses movimentos, o que enfraquece a pressão.

Independente disso, nós TAEs, sempre protagonizamos nosso próprio movimento, e a grande maioria das conquistas que tivemos foram fruto dessas lutas. Ocorre que, ao longo dos anos e com maior força, a partir

do governo FHC vários fenômenos aconteceram. A terceirização avançou a galope. Na UFRGS, por exemplo, segundo o próprio reitor, mais da metade dos trabalhadores não são do quadro (PCCTAE). Os novos concursados, em boa medida, ou não permanecem nas instituições devido aos baixos salários, ou se dedicam a melhorar individualmente suas carreiras a margem da luta coletiva. Boa parte dos “antigos”, em vias de aposentadoria, busca terminar seu ciclo sem maiores incomodos.

Pensamos que a greve é, ainda hoje, o instrumento de luta mais importante da categoria, nesse sentido não pode ser banalizado. Não podemos achar normal que a cada 2 (dois) anos, em média, utilizemos deste expediente por três ou até quatro meses e com cada vez menor percentual de adesão ativa. Alguns dirão que a culpa é dos governos. Certo, mas será que os TAES são mais combativos que os demais servidores? O fato de, atualmente, não termos ameaças sérias de corte de ponto, devido a característica das Instituições de Ensino Superior, não tem influencia sobre isso? Mesmo com greve, a maioria das instituições continuar seu funcionamento, quase que a pleno, passa uma imagem de que somos importantes, ou é o contrário? É plausível pensarmos que esse quadro possa perdurar ou a tendência é de recrudescimento?

Fazemos essas “provocações” no sentido de instigar o debate, pois para nós é visível a perda do poder de pressão, ano a ano, desta forma de luta. Não temos respostas prontas para esses dilemas, mas 3 (três) questões achamos ser importantes para nossa reflexão: a) construir unidade sólida com os demais SPFs, com base na mobilização real e não em expectativas de mobilização dos demais que nunca se concretizam; b) exigir e construir avaliações mais sérias e reais por parte do conjunto da fasubra para deflagração de greves; c) investir fortemente em formação politico-sindical, em especial para os mais novos.

RENOVAR A ESTRUTURA DA ASSUFRGS/SINDICATO, DEMOCRÁTICO, DE FATO E DE DIREITO.

Para nós, a forma de organização do sindicato não é um fim em si ou obra de algum iluminado. Como organismo coletivo deve servir aos anseios

da categoria, porém, nos parece óbvio que a forma influencia na política, e em determinados momentos, facilita ou entrava seu desenvolvimento.

A ASSUFRGS, nas últimas décadas, se caracterizou por possuir uma coordenação proporcional, um conselho de delegados e fiscal, mais ou menos atuantes, todos eleitos diretamente a cada 2 (dois) anos. Realizamos periodicamente assembleias gerais, tanto para eleição de delegados às plenárias e congressos da fasubra, como para decidir sobre os mais variados temas, como greves por exemplo. Deste ponto de vista é uma entidade democrática, inclusive como agora realizando seu III congresso. Hoje, por decisão coletiva não somos filiados a nenhuma central sindical, defendemos que continuemos desta forma, lutando pela unificação das lutas e dessas estruturas que após décadas de enfrentamentos foram reconhecidas formalmente pelo estado nacional. A superação das mazelas do capitalismo, para nós só virão com mudanças profundas, o socialismo é nosso norte. Para isso a unidade dos trabalhadores e suas organizações é o passo primeiro.

PROPORCIONALIDADE NA ASSUFRGS – FORMA SUPERADA

Muito já se discutiu e se discute sobre a forma de direção dos sindicatos e organizações do movimento social. Neste contexto, por algumas décadas, a proporcionalidade em direções dessas organizações foi tida como a melhor forma de gestão. Para nós, isso nunca foi princípio, nem fator garantidor de mais ou menos democracia no movimento. Para entidades nacionais como a Fasubra num país continental como o Brasil a proporcionalidade é válida. Na ASSUFRGS, pensamos que esse método se esgotou, e hoje mais atrapalha que ajuda. Constatamos que a maior parte da energia militante dos coordenadores é dispendida na disputa intestina da entidade impedindo a ação planejada de mais eficiência e fôlego de nossa luta. Defendemos o fim da proporcionalidade acatando plebiscito realizado em 2014, onde a grande maioria dos filiados votantes decidiu pelo fim desse método. **Chapa eleita, chapa empossada!**

Tal mudança deve vir acompanhada da ampliação do mandato para 3 (três) anos, e limitação de reeleição para 2 (dois) períodos consecutivos. (visando a mudança das eleições para o primeiro semestre do ano, propomos que o

primeiro mandato após essa mudança seja de 2 anos e seis meses). Propomos também, um(a) diretor(a) por coordenação, excetuando a coordenação financeira e coordenação geral, e o fortalecimento do conselho de delegados e conselho fiscal, reestruturando o primeiro para imprimir maior representatividade e ampliando as atribuições do segundo para maior controle da gestão financeira e administrativa. Por fim, pensamos que a comissão representativa e plural, que está trabalhando os encaminhamentos para adequação legal da ASSUFRGS como sindicato intermunicipal, de fato e de direito, representativo dos servidores técnicos administrativos em educação das instituições federais de ensino vinculadas ao MEC, deve ser mantida trabalhando em conjunto com a coordenação até o término da tarefa.

UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS – AVANÇAR NA DEMOCRACIA

Muito se avançou nos últimos anos em termos de expansão das Universidades Públicas e Institutos Federais de Educação, que são fundamentais para o desenvolvimento social e nacional. A par disso é necessário retomar esse processo no rumo da universalização aliado às políticas de democratização de acesso e permanência do aluno e de gestão. A paridade na eleição e nos conselhos cai de madura. Em pleno século XXI é inadmissível que essas instituições públicas ainda sejam geridas a base da meritocracia docente, como se estudantes e TAEs não tivessem a capacidade de pensar/decidir/gerir o fazer da UFRGS/UFCSPA e IFs. Paridade já deve ser nossa bandeira!!!!

TERCEIRIZAÇÃO

No mundo capitalista, para que poucos tenham muito, muitos têm que ter pouco. A terceirização nada mais é que a precarização de salários e direitos dos trabalhadores conquistados ao longo de décadas de lutas para auferir

mais ganhos aos empresários. No serviço público é mais grave ainda, pois impede o avanço democratizante da gestão segregando largos setores de trabalhadores e dando maior poder aos dirigentes de plantão, sendo mais oneroso aos cofres públicos que a contratação via concurso público. Devemos lutar decididamente contra a terceirização, ao mesmo tempo em que como sindicato, ajudemos nas lutas dos colegas precarizados através de política que incidam na gestão da Universidade e Institutos federais.

CARREIRA

Pensamos que a ASSUFRGS, como já iniciamos com grande seminário em 2014, deve retomar com força a discussão e formulação sobre carreira. Foi um avanço o PCCTAE, mas ele foi uma mediação com nosso projeto de Cargo Único, onde o trabalhador pela sua qualificação, capacitação, conhecimento adquirido e avaliação coletiva pudesse ascender do nível A ao E. Fortalecer o Grupo de Trabalho da carreira e envolver a FASUBRA nessa tarefa é fundamental.

* Até a realização do congresso, na medida do possível, estaremos aprofundando os temas e complementando as ideias que devido ao tempo e espaço não foram possíveis de serem apresentados neste documento.

José Luís Rockenbach Neco

Coordenador da Assufrgs e membro do núcleo da Central de
Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB